

# TERRITORIALIDADES AGROINDUSTRIAIS NO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BRASIL

Pedro Paulo BIAZZO<sup>1</sup>

Glaucio José MARAFON<sup>2</sup>

## Resumo

Secularmente ligada ao cultivo de cana e à produção de açúcar, a Região Norte Fluminense, conjunto de municípios situados no Estado do Rio de Janeiro, vem sendo alvo de intensos processos de reorganização territorial, tais como: decadência da cadeia agroindustrial de açúcar e álcool e das lavouras canavieiras; expansão da exploração de petróleo; recente criação de municípios; crescimento das cidades de pequeno porte; e a expansão de Macaé, que ameaça a hegemonia de Campos como principal centro urbano regional. A todas essas transformações acrescenta-se o desenvolvimento de um programa de financiamento à fruticultura denominado Frutificar que, recentemente, gerou a implantação de lavouras irrigadas de maracujá, abacaxi e côco. Através de dados da produção agrícola e agroindustrial, acompanhados da análise de documentos do Governo do Estado, relativos ao Frutificar e aos impactos econômicos da produção petrolífera, esta pesquisa visou compreender as territorialidades de cada grupo empresarial definidor da recente dinâmica de desenvolvimento regional, inclusive a Petrobrás, em face das crescentes perspectivas para a comercialização internacional do álcool combustível. As territorialidades relativas às atividades agroindustriais no Norte Fluminense se apóiam, portanto, em uma ampla redefinição do peso de diferentes atividades econômicas e derivam de uma disputa pela hegemonia do espaço regional.

**Palavras-chave:** Agroindústria. Territorialidades. Reestruturação Produtiva.

## Abstract

### Agribusiness territorialities in north region of Rio de Janeiro State - Brazil

Traditionally connected with sugarcane cultivation and production, the North *Fluminense* Region - a group of cities located in the *Rio de Janeiro* state - has been being targeted by intensive process of territorial reorganization, such as the following: the decline in agribusiness sugar and ethanol sector and in sugarcane fields; the expansion of oil exploration; the recent creation of municipalities; the growing of small cities; and the expansion of Macaé, which threatens *Campos* hegemony as main urban regional center. In addition to all these changes, the development of a financial program in order to stimulate fruit cultivation, called *Frutificar*, which has recently originated the irrigated passion fruit, pineapple and coconut fields. Not only through numbers of agriculture and agribusiness, but also through state government reports regarding *Frutificar* and economic impacts of oil production, this research aimed to comprehend the territorialities of each business group that defines the recent dynamic of regional development, including Petrobras, in account of expectations that international ethanol market improves. In conclusion, territorialities concerning agribusiness activities in North *Fluminense* have originated from a demarcation dispute between hegemonic regions and depend on a huge redefinition of the importance of each economic activity.

**Key words:** Agribusiness. Territorialities. Productive Restructuring.

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil - Rua Dois de Dezembro, nº 22, apto. 201, Flamengo, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22220-040. E-mail: ppbiazzo@ig.com.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Depto. de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil - Rua Corrêa Dutra, nº 52, apto. 501 - Flamengo, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22210-050. E-mail: glauciomarafon@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Secularmente ligada ao cultivo de cana e à produção de açúcar, a Região Norte Fluminense, conjunto de 9 municípios situados na porção nordeste do estado, vem sendo alvo de intensos processos de reorganização territorial: a decadência da cadeia agroindustrial sucro-alcooleira regional e das lavouras canavieiras, a grande expansão da exploração de petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos, a recente emancipação de distritos e criação de 5 novos municípios, o recebimento e aplicação de recursos provenientes do pagamento de royalties pelas prefeituras, o crescimento significativo das pequenas cidades dos municípios recentemente emancipados, a acelerada expansão da cidade de Macaé, que se aproxima de Campos como principal centro urbano regional e, por fim, o desenvolvimento do programa Frutificar, que nos últimos anos gerou a implantação de lavouras irrigadas de maracujá, abacaxi e côco, principalmente nos municípios de São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes. Tal dinâmica regional foi recentemente analisada por Piquet (2003), Rua (2003), Castro Barbosa (2003), Barreto (2005) e Silva (2005).

Através de dados da produção agrícola e agroindustrial, acompanhados da análise de documentos do Governo do Estado, relativos ao Frutificar e aos impactos econômicos da produção petrolífera, esta pesquisa visou compreender as territorialidades relativas a diferentes setores de atividade econômica, compostas por grupos empresariais definidores da recente dinâmica de desenvolvimento regional. Inclui-se, aqui, a Petrobrás, não só em função da atividade petrolífera, mas devido às conexões desta empresa com a composição da matriz energética nacional, em face das crescentes perspectivas para a comercialização internacional do álcool combustível.

Por “territorialidades”, entendem-se “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p. 99). Cada grupo, entidade ou agente social se manifesta espacialmente, alterando a dinâmica de relações no espaço geográfico. “Territorializa-se” e se configura, portanto, sua territorialidade, seja ele uma comunidade local, uma grande ou pequena empresa, uma instituição estatal, uma organização não-governamental, entre tantos outros exemplos. É deste “campo de forças” (SOUZA, 1995), disputas de poder e consequentes modos de apropriação, que se configuram as dinâmicas em recortes do espaço geográfico socialmente inventados. O Norte Fluminense ou qualquer parcela do espaço material se constrói e se reconstrói a partir da existência de múltiplos agentes sociais, que nele originam diversas territorialidades sobrepostas.

As territorialidades relativas às atividades agroindustriais no Norte Fluminense hoje derivam de uma ampla redefinição do peso de diferentes atividades econômicas, que se consubstancia na disputa pela hegemonia do espaço regional, da qual fazem parte as ações diretamente ligadas ao controle do Governo do Estado do Rio de Janeiro - as duas últimas gestões (1999-2006), tiveram governadores eleitos provenientes de Campos dos Goytacazes.

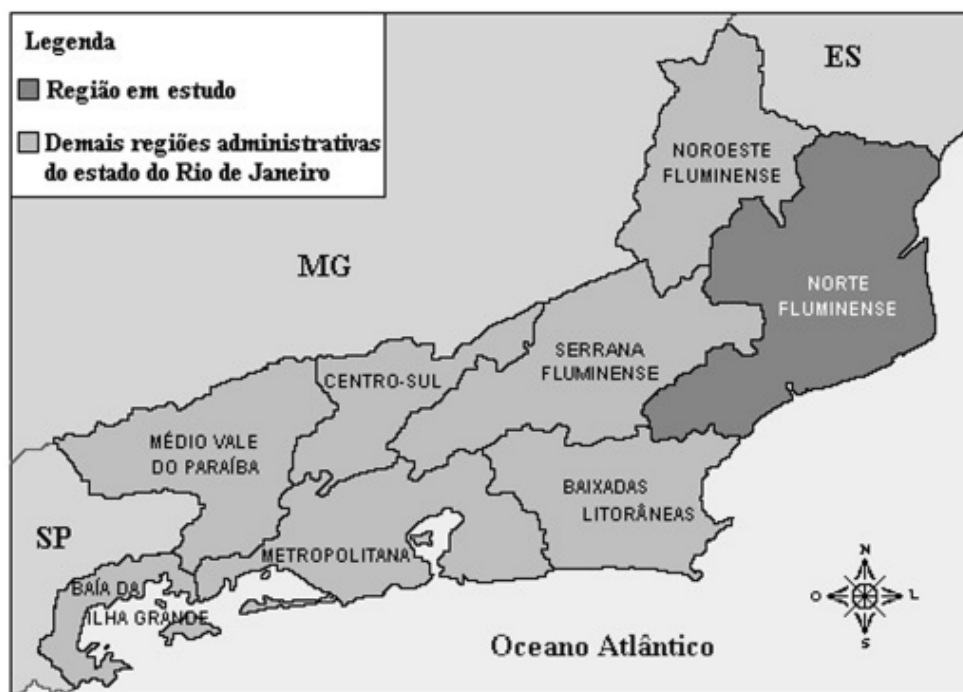
## FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A porção nordeste do estado do Rio de Janeiro, definida como Região Setentrional da Baixada Fluminense, ou Norte Fluminense, atualmente se refere a um conjunto baseado em critérios diferentes dos originais, que modificaram sua delimitação. Tradicionalmente tida como “Terra Goytacá” (LAMEGO, 1913), “Planície do Solar e da Senzala” (LAMEGO, 1934) “Planície Campista” (LAMEGO, 1959), ou “Zona Nova do Açúcar” (GEIGER, 1956), foi posteriormente denominada, em regionalização oficial do governo, como “Zona da Baixada de Goitacazes” (BERNARDES, 1948). Esta área, ao ser delimitada pela Fundação

CIDE, está hoje composta por 9 municípios, formando uma região de governo ou administrativa, dentro de uma proposta de regionalização que reaproveita as micro-regiões homogêneas do IBGE, agrupando-as e rearranjando seus limites em função do recente surgimento de novos municípios. O Norte Fluminense atual seria, portanto, uma região-programa ou região de planejamento do governo estadual que herda a proposta do IBGE em delimitar unidades que, em meso e micro escalas, não transpõem os limites estaduais. As meso-regiões são atualmente descritas pelo IBGE (e pelo CIDE) como:

áreas individualizadas, em uma Unidade da Federação, que apresentem formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (IBGE, 1990 apud CIDE, 2005, p. 2).

Mesmo assim, o governo do estado do Rio de Janeiro, através da Fundação CIDE, realizou alterações na divisão regional intra-estadual (ver Mapa 1). O Norte Fluminense foi exceção pois, para ambos os órgãos de governo, é uma região hoje composta por duas microrregiões: a de Campos dos Goytacazes e a de Macaé. Os municípios que a compõem atualmente são: Campos dos Goytacazes, Carapebús, Cardoso Moreira, Conceição de Macabú, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.



**Mapa 1**  
**Localização da Região Norte Fluminense**

Tradicionalmente associada ao cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, trata-se de uma das poucas regiões do estado que apresentam, ainda hoje, traços muito marcantes na paisagem, de uma identidade secularmente constituída, apesar de também ter passado por diversas transformações sócio-territoriais que impedem uma contínua ligação, única e exclusiva, à atividade canavieira.

A paisagem do Norte Fluminense é composta principalmente pela grande e fértil planície, contendo sedimentos fluviais e marinhos, parte integrante e setentrional da Baixada Fluminense, que nesta porção do litoral do estado alcança sua máxima expressão. Sua enorme planura é observada a sudeste, ao centro e a leste da região e contrasta com tabuleiros sedimentares mais para o interior, "que formam grandes superfícies de topografia suave, quase plana em muitos trechos" (GEIGER, 1956, p. 22), também apropriados ao cultivo de cana, outras lavouras e pastagens. Nas porções oeste e sudoeste, encontram-se colinas ou primeiros patamares cristalinos, que antecedem a Serra do Mar, grande conjunto geomorfológico que se estende desde o estado de Santa Catarina até a área em estudo.

Este quadro natural propiciou o desenvolvimento de uma visão social que naturaliza a presença de atividades agrárias extensivas e que apresentam características concordantes com a estrutura agrária e as estruturas de produção brasileiras em geral, relativas à exploração da força de trabalho, à concentração de renda e à produção de um espaço desigual. A descrição de Lysia Bernardes, em 1957, ao observar a paisagem da planície canavieira, não parece completamente desatualizada até os dias de hoje: "é um quadrilado verde de canaviais, interrompido apenas por lagoas e brejos circundados por campos de pastagens [...] nas terras adjacentes às usinas, o aproveitamento é dos mais intensivos e a cana ocupa toda a área cultivável" (BERNARDES, 1957, p. 202).

Entretanto, nas últimas décadas o Norte Fluminense vem apresentando transformações mais dinâmicas. Os dois marcos histórico-geográficos mais recentes para a produção do espaço regional e que dinamizaram processos territoriais foram: a criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), em 1972 e a exploração de petróleo na plataforma continental (Bacia de Campos), que se intensifica a partir 1986, originando o pagamento de *royalties* às prefeituras de diversos municípios fluminenses e contribuindo para o surgimento de novos municípios.

Em documentos oficiais do governo do estado, as características descritas para a Região Norte Fluminense são as seguintes:

A economia açucareira caracteriza, tradicionalmente, a Região Norte Fluminense. Mais recentemente, a partir da década de 1970, outros dois produtos - o álcool e o petróleo, têm apresentado importância crescente na economia regional, colocando-a, assim, como uma das principais regiões do estado. Contudo, a forma como a agricultura regional tem-se desenvolvido vem provocando o êxodo rural. Este quadro relaciona-se à sazonalidade da utilização da força de trabalho na agricultura canavieira, sendo reforçado pela concentração da produção do açúcar e do álcool em grandes usinas e pela mecanização das grandes propriedades. Por outro lado, a não absorção desses fluxos migratórios nas áreas urbanas acentua as elevadas taxas de desemprego e a favelização. A atividade de exploração de petróleo, com base de apoio em Macaé, vem promovendo um crescimento acelerado da malha urbana, com a proliferação de submoradias (CIDE, 2005, p. 3).

A atividade petrolífera reverte capitais para as prefeituras por meio do pagamento de impostos sobre o direito de exploração (*royalties*). A participação do petróleo na economia dos municípios do Norte Fluminense foi fato novo para uma região em que a formação sócio-espacial pretérita esteve atrelada, quase unicamente, à economia canavieira.

Deste modo, a exploração do Petróleo na Bacia de Campos e a contínua crise do setor sucro-alcooleiro regional produzem uma visão que aprofunda contrastes entre momentos distintos, temporalidades bem marcadas. O primeiro deles é relativo ao longo período em que o Norte Fluminense “sobreviveu da cana”, em meio ao qual emerge e se consolida uma visão da região como área predominantemente rural e dinâmica: a porção mais ao norte da Baixada Fluminense, cuja “vocação agrícola” era dificilmente posta em questão. O segundo momento se refere às últimas três décadas, quando a Petrobrás passou a investir na produção de petróleo em campos marítimos, situados em parcela da plataforma continental brasileira correspondente, em latitude,    costa dos municípios do Norte Fluminense.

## **TERRITORIALIDADES RELACIONADAS    AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA**

Implantada em meados do século XVIII, a canavicultura originou uma “Zona Nova do A   ar” em parcela do atual Norte Fluminense. Desde então e até meados do século XX, usineiros (outrora senhores de engenho) e fornecedores de cana, em conjunto com o Estado, foram os mais importantes agentes na produção do espaço regional.

Data do início do século XX a inauguração de um subvencionismo estatal que iria marcar a política nacional para o setor açucareiro e alcooleiro durante quase um século. A política crescente de subsídios aos usineiros culminou com a criação, em 1933, do Instituto do A   ar e do   lcool (IAA), quando a intervenção federal passou a ter um caráter permanente.

A política do IAA variou de acordo com a circunstância e a região do Brasil. Para o Norte Fluminense, sua atuação, em conjunto com o Estatuto da Lavoura Canavieira, promulgado em 1941, manteve os fornecedores de cana e conciliou o atraso tecnológico e a baixa produtividade da agroindústria regional com a modernidade de usinas em outros estados, principalmente em São Paulo. Em um contexto de “decolagem” da industrialização brasileira, a grande expans   o dos espaços canavieiros paulistas, principalmente a partir da década de 50, em contraste com a “permanência e o atraso” do Norte Fluminense, provocou a perda de expressividade da economia canavieira da região em escala nacional e macro-regional.

Entre o início do século XX e a década de 1970, portanto, verificou-se no Norte Fluminense a manutenção dos principais aspectos da estrutura sócio-espacial predominantemente estabelecida a partir da canavicultura. Destaca-se, contudo, o desenvolvimento de uma malha rodoviária e a perda gradativa de importância da malha ferroviária que, juntamente com as usinas, serviu de base para o surgimento de aglomerados humanos que hoje são vilas (sedes de distrito) ou mesmo cidades (distritos-sede). Segundo Limonad (1996), o padrão de urbanização historicamente verificado não somente no Norte, como no Noroeste Fluminense,    de esvaziamento demográfico dos distritos, com deslocamento das populações citadinas e campestres para as sedes municipais, consideradas como um “patamar migratório”, ou seja, surge um reduzido número de sedes municipais com baixo dinamismo econ  mico. Somente a cidade de Campos, durante muito tempo o mais dinâmico centro urbano do interior fluminense, entroncamento antes ferroviário e posteriormente rodo-ferroviário, constitui-se exceção em relação a este padrão regional, até a década de 80.

No estado do Rio de Janeiro, desde a primeira metade do século XX, o plantio de cana-de-a   ar e a produção de a   ar e álcool em grandes áreas e grandes quantidades ficou praticamente restrita    áreas que hoje se encontram nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. De acordo com Gileno D   Carli (1942), na década de 1940, ainda existiam 28

usinas de açúcar em funcionamento no território fluminense. Uma delas se localizava em Porto Real (naquela época distrito de Resende), atual município da Região do Médio Vale do Paraíba, e foi comprada na década de 60 pela distribuidora da empresa Coca-Cola do Brasil. Outras duas, Santa Luiza e Tanguá, se localizavam em áreas pertencentes aos atuais municípios de Saquarema e Tanguá (naquela época parte integrante de Itaboraí), respectivamente. Todas as 25 usinas restantes pertenciam a municípios do Norte e do Noroeste Fluminense, localizadas ao norte da cidade de Macaé e principalmente na periferia das cidades de Campos e Itaperuna.

Melo (1954), ao descrever as zonas produtoras de açúcar do “sul” do Brasil, afirma:

a maior e mais importante é a que compreende os municípios norte-orientais do estado do Rio de Janeiro, notadamente os da Bacia do Baixo Paraíba. Localiza-se ali o famoso município de Campos, o de mais extensos canaviais, maior parque industrial e mais elevada produção, no Brasil. Sendo produção municipal ela é, todavia, superior a qualquer produção estadual, exceto as de Pernambuco e São Paulo. A mancha açucareira fluminense que tem como grande núcleo as usinas campistas abrange, bastante forte, as áreas de Macaé e São João da Barra e, mais esmaecida, as de São Fidélis, Itaocara e Itabapoana (MELO, 1954, p. 71-72).

Mal deveria saber este autor que, no ano seguinte, a produção canavieira do estado de São Paulo superaria os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco e se consolidaria como líder na produção nacional pelos cinquenta anos posteriores. Pedro Geiger e Ruth Santos, também na década de 50, destacavam que

em torno da cidade de Campos organizou-se o maior parque de usinas, além de inúmeros estabelecimentos que fabricavam aguardente, melado etc. Capitais estrangeiros, franceses e ingleses, foram invertidos nesta área com as usinas São José, Santa Cruz e Paraíso. Em 1950, de 54.883 hectares cultivados de cana-de-açúcar na Baixada Fluminense, 39.300 se localizavam no município de Campos” (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 7).

O setor açucareiro fluminense se apresentava, entretanto, relativamente estagnado entre as décadas de 30 e 60 e os usineiros, “acomodados” devido à assistência do governo através do IAA. Shikida e Bacha (1998), contribuem para esta explicação:

o produtor da agroindústria canavieira não precisava, necessariamente, preocupar-se com alternativas tecnológicas que pudessem reduzir custos e proporcionar maior competitividade setorial, posto que sua permanência no setor estaria garantida minimamente pela ação do governo (SHIKIDA; BACHA, 1998, p. 99)

Para compreender ainda melhor, Caron (1996) esclarece que “a intervenção do Estado (...) também teve e tem efeitos no sentido de desfavorecer o surgimento de um ambiente competitivo, fazendo com que novos processos sejam postergados ou descartados” (CARON, 1996, p. 14).

Sendo assim, nos últimos trinta a quarenta anos, a crise na produção de açúcar desconstrói parcialmente a visão social predominante, posto que a região continua a ser vista como essencialmente “rural” (um rural de concepção economicista, informado pela indissociação com o agrícola). Porém de “dinâmico” e “moderno”, o Norte Fluminense passa a ser visto como “tradicional e atrasado”. Mais recentemente, o advento da exploração de petróleo em larga escala contribuiu para desconstruir a imagem da região que a vincula exclusivamente ao “rural”. A intensificação relativa da urbanização, tal como apontada pelas estatísticas do IBGE, além das alterações na configuração territorial dos municípios

da região, são outros elementos a serem considerados para a compreensão da identidade territorial atualmente hegemônica, atribuída ao Norte Fluminense por organismos estatais e grandes empresas.

A urbanização inclui os movimentos emancipatórios atrelados principalmente às novas oportunidades que, direta ou indiretamente, surgem com a atividade petrolífera. Deve-se destacar também alterações na rede urbana, principalmente com um declínio relativo da predominância de Campos, pois desde o final da década de 80, Macaé foi o centro urbano de maior crescimento da região, justamente porque lá se encontram a sede regional da Petrobrás e grande parte das instalações necessárias ao refino e distribuição do petróleo.

Atualmente o município de Campos, com cinco usinas em funcionamento, continua a ser o espaço central do Norte Fluminense na produção e transformação da cana-de-açúcar. Na medida em que Quissamã e Carapebus, antigos distritos de Macaé, se emanciparam, este último município perdeu suas antigas porções territoriais predominantemente dedicadas à atividade canavieira e, na atualidade, encontra-se quase totalmente à margem do setor sucro-alcooleiro regional, com um reduzido número de fornecedores. Conceição de Macabú, por não possuir nenhuma unidade agroindustrial em funcionamento, também ocupa posição periférica no que diz respeito ao setor. São João da Barra, a leste e São Fidélis, a noroeste da região, são municípios que se tornaram cada vez menos relevantes na produção canavieira, na medida em que as únicas usinas existentes em cada um dos dois municípios foram recentemente fechadas em 2001 e reabertas em 2003. Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, por sua vez, são espaços periféricos, mas ainda bastante integrados a Campos, devido ao grande número de trabalhadores, no caso do primeiro e ao grande número de fornecedores, no caso do segundo, ainda que os produtores de cana do norte de São Francisco vendam sua produção para a usina Paineiras, localizada ao sul do estado do Espírito Santo.

Esta contínua crise na produção de cana, açúcar e álcool no presente está ligada a fatores como a crescente escassez de matéria-prima em contraste com o aumento exagerado do parque agroindustrial ocorrido nos anos 70; a concorrência, o fechamento de usinas e sua busca por fornecedores de cana; a liberação dos preços do açúcar, do álcool e da cana-de-açúcar, com o fim de uma tradição subvencionista estatal nos anos 90; a pequena expressividade da agroindústria canavieira do Norte Fluminense em comparação com o complexo sucro-alcooleiro paulista e a exclusão social agravada pelo desemprego.

Entrevistas em trabalhos de campo ao longo de cinco anos permitem afirmar que não há mais, no Norte Fluminense, desde o final dos anos 80, a presença de uma oligarquia regional canavieira. Existem oligarquias locais sustentadas em vínculos financeiros com empresas de fora da região, cujos investimentos principais não estão aplicados no setor sucro-alcooleiro. Por isso mesmo restaram apenas 7 usinas de açúcar em atividade, 5 delas localizadas no município de Campos, situação que desautoriza caracterizar o conjunto regional exclusivamente como "canavieiro". Ainda assim, é importante sublinhar que a canavieira envolve aproximadamente 10 mil produtores e gera 15 mil empregos diretos nos municípios do Norte Fluminense (VEIGA, 2006).

## **TERRITORIALIDADES RELACIONADAS À AGROINDÚSTRIA FRUTÍCOLA**

Ainda que o cultivo de cana esteja enraizado como fonte de renda e sustento de muitas famílias, a conjuntura propriamente estadual e regional ao longo das décadas de 1990 e 2000 se mostrou, por um lado, desfavorável a esta atividade e contribuiu, por outro lado, para que diversos trabalhadores procurassem outras ocupações no campo e

na cidade. A principal opção de muitos fornecedores de cana (principalmente médios e grandes) se tornou investir também na produção de frutas, concorrendo para o começo de uma reconversão produtiva que havia se esboçado no final da década de 1970, circunscrita ao distrito (atual município) de São Francisco de Itabapoana. Fora deste município, essa reconversão baseada na fruticultura não se desenvolveu na prática ao longo da década de 1980 e no início da década de 1990, mas se tornou mais provável e um pouco mais consistente a partir de 1997, momento em que o governo estadual colocou em prática o Programa Frutificar, oferecendo financiamento para projetos de abacaxi, maracujá e côco, com juros baixíssimos e ótimas condições de pagamento.

Criou-se, portanto, ainda que de forma relativamente incipiente, uma opção no mercado de trabalho especificamente agrícola. Além do trabalho na enxada, preparando a terra para rebrota da cana, do plantio de canaviais e do corte de cana, passou a existir uma demanda crescente por força de trabalho, por exemplo, na polinização do maracujá e na indução do abacaxi. Verifica-se cada vez mais, em inúmeras localidades da região, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas para a composição da renda de cada produtor. Na medida em que a mecanização da lavoura canavieira e a crise do setor sucroalcooleiro provocaram a dispensa de muitos trabalhadores, grande parte do excedente procurou trabalhos temporários em atividades urbanas como, por exemplo, a construção civil.

O Programa Frutificar foi criado pelo governo estadual em parceria com a FIRJAN, a Emater-Rio e o Sebrae. Empresas de irrigação também participam do projeto como parceiras. É possível afirmar que o município de São Francisco de Itabapoana logo serviu de "laboratório", ou seja, primeiro local onde foram aprovados e executados projetos de lavouras, em um programa que já previa de antemão a criação de um pólo fruticultor em escala meso-regional, englobando não apenas os municípios do Norte Fluminense, mas os da Região Noroeste e, conforme previsto, também municípios da Região das Baixadas Litorâneas, ambas contíguas à primeira.

O desenvolvimento do Frutificar, nos últimos anos, vem apenas reforçando a expressividade da fruticultura que já existia em São Francisco desde os anos 80. Um dos indícios que comprovam esta afirmação está no fato de que, dentre todos os municípios do Norte Fluminense, São Francisco, já em 1997 – antes, portanto, da implantação do Frutificar – era o único em que o consumo de energia elétrica utilizada para atividades rurais era superior (praticamente o dobro) ao consumo da classe residencial (SEBRAE-RJ, 1998). Dentre os principais requisitos para a aprovação de financiamentos do Frutificar, estão a disponibilidade de água na propriedade e uma rede elétrica já instalada, por se tratar exclusivamente de lavouras irrigadas. Como resultado do atendimento de praticamente todas as pré-condições necessárias por diversos produtores do município, que há anos já produziam as frutas indicadas pelo programa, atualmente, aproximadamente 50% do total de projetos aprovados (mais de 600 em junho de 2006) em todos os municípios contemplados, encontram-se em São Francisco.

A implantação do Frutificar desde o início dependia da existência de uma "integradora", unidade agroindustrial de grande porte, capaz de processar as frutas colhidas. Foi criada, portanto, a fábrica Bela Joana, pertencente à iniciativa privada, localizada mais a oeste da região, entre as cidades de Campos e São Fidélis, com capacidade para 400 toneladas de frutas processadas por dia, dentre as quais já se incluem o maracujá, o abacaxi, o côco e a goiaba, havendo também infra-estrutura para processar mamão e manga. Além desta integradora, existem outras agroindústrias de pequeno e médio porte na região, que entraram em operação nos últimos anos. Podem ser citadas como exemplos a Imbamarã e a Purimatã, processadoras de maracujá e abacaxi, localizadas em São Francisco de Itabapoana e a Envasadora de Água de Côco Quissamã, localizada no município de mesmo nome. O surgimento destas unidades agroindustriais se baseia na existência prévia de cooperativas locais e está intimamente relacionado ao Programa Frutificar.



Como empresa integradora, a Bela Joana possui obrigatoriedade de adquirir no mínimo 50% da produção de cada fornecedor, estabelecendo os chamados “contratos de quase-integração” (GUIMARÃES, 1978). De acordo com agrônomos e técnicos participantes do Frutificar, as vantagens para o produtor estão no crédito acessível, no mercado garantido pela agroindústria, com preço mínimo por fruto definido, estruturas de assistência à disposição do produtor e comercialização livre de 50% do que for produzido. Em compensação, revelam que não existem projetos sendo aprovados em unidades produtivas inferiores a 1 ha, pois não é garantida rentabilidade que cubra o investimento.

Mesmo com a criação de empregos e a diversificação produtiva, estas características conferem ao Frutificar um perfil insatisfatório: o programa se torna limitado do ponto de vista da inclusão social, pois não atinge os produtores menos capitalizados e com maior necessidade de financiamento para manter-se na atividade agrícola.

## **TERRITORIALIDADE RELATIVA À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO**

Todas estas mudanças promovem transformações espaciais ligadas a movimentos de reterritorialização do capital e do trabalho, estabelecendo na região o que muitos autores chamam de novas “territorialidades” (SOUZA, 1995 e MACHADO, 1997), que estarão intimamente vinculadas à construção de renovadas configurações espaciais, outras identidades territoriais atribuídas à Região Norte Fluminense, agora envolvendo não apenas o “ouro negro” da atividade petrolífera, mas também o “doce genuíno”, que valoriza as frutas diante de uma canavieira cada vez mais associada ao “rural atrasado”. A fruticultura no Norte Fluminense se constrói nitidamente calcada em um discurso partidário da “modernização agrícola” e de revalorização da “agricultura familiar”.

Ainda que neste estudo o foco esteja voltado às atividades agroindustriais, cabe destacar, também, a expressão espacial da atividade petrolífera, através de dados que revelem a territorialidade da Petrobrás, atualmente o maior agente promotor de transformações no espaço regional.

As atividades desta empresa, sozinhas, representam aproximadamente 20% de toda a economia fluminense (CIDE, 2005). A empresa iniciou a produção de petróleo na Bacia de Campos em 1977 e gradativamente gerou o maior complexo petrolífero do país, com área de 100 mil km<sup>2</sup>, composta por 55 campos de exploração (45 em produção). Segundo dados da própria empresa (PETROBRAS, 2007), o total da força de trabalho empregada na Bacia de Campos é de aproximadamente 52 mil trabalhadores, dentre os quais 42 mil em alto mar, distribuídos por 43 plataformas de produção e 124 embarcações de apoio, entre navios e rebocadores, além de 56 helicópteros.

Em terra, a Petrobrás possui instalações não apenas em Macaé, mas também algumas em Campos e em São João da Barra. Porém, o mais importante a considerar, quanto ao papel da empresa na economia regional, é o já aludido pagamento de royalties aos municípios e ao governo do Estado do Rio de Janeiro, embora nenhum barril de petróleo seja processado e refinado no Norte Fluminense. Ao analisar as relações entre a atividade petrolífera e a dinâmica regional do Norte Fluminense, Piquet (2003, p. 224) destaca que “a chamada indústria do petróleo contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar virtuoso processo de mudanças estruturais ou, ao contrário, pode permanecer como mero enclave na região em que se localiza”. Até o momento, o conjunto regional do Norte Fluminense parece se encaixar mais no segundo, do que no primeiro caso. Em escala local, entretanto, a gestão e aplicação de recursos provenientes dos royalties é bastante variável e, na região em foco, parece gerar diversos impactos positivos em poucos casos, como os dos municípios de São Francisco de Itabapoana (CASTRO BARBOSA; MARAFON, 2003-a) e de Quissamã (CASTRO BARBOSA; MARAFON, 2003-b).

Segundo dados fornecidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo (2007), os royalties são pagos para mais de 70 dentre os 92 municípios do estado. A análise de Piquet (2003) também demonstra em detalhes a participação destes municípios e destaca que quatro, dentre os dez municípios que mais recebem royalties no país, estão situados no Norte Fluminense (Campos, Macaé, Quissamã e Carapebus). Em 2001, a criação da Ompetro – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limitrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – delineia uma nova possibilidade de recorte regional bastante diferenciado do aqui analisado, por incluir os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, todos pertencentes a outra região de governo (Baixadas Litorâneas), e também por não incluir os municípios interioranos de Cardoso Moreira, São Fidélis e Conceição de Macabú, oficialmente integrantes do Norte Fluminense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - UM OUTRO RECORTE REGIONAL?

O caso que sintetiza a supracitada controvérsia de identidade e enquadramento regional passou a ser o do município de Macaé. Principal centro urbano de apoio às atividades da Petrobrás no Interior Fluminense, a cidade de Macaé cresceu enormemente nas últimas décadas, elevando a população municipal de quase 60 mil habitantes nos anos 80, para mais de 130 mil em 2000 (BARRETO, 2005). Concomitantemente, seus antigos distritos caracterizados como “rurais”, Quissamã e Carapebus, se emanciparam em 1990 e 1997, respectivamente. Macaé perdeu as porções de seu território até então predominantemente dedicadas ao cultivo de cana e que o aproximavam à tradicional “Zona Canavieira” do Norte Fluminense, capitaneada pelo município de Campos. A prefeitura de Macaé, assim como a de Casimiro de Abreu, conforme apontado por Castro (2003), vem procurando compor uma imagem voltada ao turismo que destaca as vias de acesso entre o município e a popularmente conhecida Região dos Lagos, além das ligações com a Região Serrana (Estrada SerraMar). Esta iniciativa deixa ainda mais abertas as possibilidades de inserção em conjuntos regionais, com base nas diversas identidades associadas ao mesmo território municipal.

Deste modo, o grande conjunto de transformações aqui apresentadas, baseadas tanto em projetos governamentais, quanto em interesses privados, origina um distanciamento cada vez maior entre o que se propõe como “conjunto” regional e o que chamamos de territorialidades, quais sejam, as expressões espaciais adquiridas pelos agentes sociais, que engendram os usos dos espaços municipais, apropriados com diversas finalidades.

Através da análise dos discursos presentes em documentos do Governo do Estado relativos ao Frutificar (FIRJAN, 1998) e relativos aos impactos econômicos positivos da produção petrolífera (SECTEC, 2000), pode-se perceber a nítida intenção de desfazer a identidade territorial do Norte Fluminense ligada à agricultura comercial tradicional e construir no lugar duas identidades: a de um desenvolvimento urbano alavancado pela formação de um pólo industrial e a de uma agricultura moderna, dinâmica, voltada para a exportação, futuramente independente do subvencionismo estatal, ao contrário da atividade canavieira. A primeira delas busca se firmar calcada no crescimento dos setores secundário e terciário, negando uma “vocação” agrária atrasada. A segunda procura negar esta mesma agricultura canavieira em nome de um “novo rural”, associado à “agricultura familiar” e a um “doce genuíno” ligado à presença de solos adequados às lavouras de frutas (FIRJAN, 1998).

Por fim, vale lembrar que, devido à contínua elevação dos preços do petróleo em escala mundial, a recente reabertura de horizontes positivos para a produção e comercialização de etanol em todo o Brasil pode configurar nova dinâmica, onde fornecedores de cana, empresas agroindustriais e, mesmo a Petrobras, venham a apresentar renovados interesses em comum, resgatando a canavieira e reterritorializando capitais e trabalho nesta atividade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. **Municípios Beneficiários dos Royalties no Brasil** – 2007. Brasília: ANP, 2007. 23p.

BARRETO, Vivian Santoro. **As Atividades Petrolíferas e as Transformações Recentes nos Municípios Confrontantes com a Bacia de Campos**: Uma Análise Socioespacial. 104 f. *Monografia* (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **Planície litorânea e zona canavieira do estado do Rio de Janeiro** – guia da excursão nº 5, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: UGI/CNG, 1957. 227 p.

BERNARDES, Nilo. Divisão regional do estado do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 81, p. 994-1001, dez. 1948.

CASTRO BARBOSA, P. P. Biazzo de; MARAFON, Gláucio José. Diversificação Produtiva, Modernização e Transformações nas Relações de Produção em São Francisco de Itabapoana (RJ). ENCONTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. 3, Curitiba, 2003, **Anais...** Curitiba: UFPR/Depto. de Geografia, abr. 2003 (a).

CASTRO BARBOSA, P. P. Biazzo de; MARAFON, Gláucio José. A Inserção do Município de Quissamã no Complexo Agroindustrial Sucro-alcooleiro. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 2, p. 153-167. mai-ago. 2003 (b).

DÉ CARLI, G. **Evolução do problema canavieiro fluminense**. Rio de Janeiro: Irm. Pongetti, 1942. 125 p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo de Viabilidade de um Pólo de Fruticultura na Região Norte-Noroeste Fluminense**. RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro / FIRJAN, 1998. 31 p.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **Anuário estatístico do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Nigraph, 2005. CD-ROM.

GEIGER, Pedro P.; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 291-313. jul./set. 1954.

GEIGER, Pedro P. A região setentrional da Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan./mar. 1956.

GUIMARÃES, A. dos Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 345 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: CNG/CNE, v. 22, 1954. 469 p.

LAMEGO, Alberto. **A Terra Goitacá** – volume 2. Rio de Janeiro: Bruxelas, 1913. 420 p.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **A planície do solar e da senzala**. Rio de Janeiro: Liv. Católica, 1934. 134 p.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: Lidador, 1959. 217 p.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização**: o caso do interior fluminense. 247 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.

MACHADO, Mônica S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-32. jan/jun 1997.

MELO, Mário Lacerda de. Aspectos da geografia do açúcar no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 67-92, out./dez. 1954.

PETROBRAS. Mar Adentro. **Revista Petrobrás**, v. 13, n. 128, p. 10-19. ago. 2007.

PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 312 p.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares** - Vitória, v. 1, n. 1, p. 61-72. jul. 2000.

SANTOS, Ângela M. S. Penalva. **Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 228p.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 35-59. jun. 1977.

SANTOS, Milton. **Espaço & método**. São Paulo: Hucitec, 1985. 88p.

SEBRAE. **Perfil Sócio-econômico da Região Norte**. Rio de Janeiro: Sebrae-RJ, 1998. 68 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Atualização da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEMEE / SECTEC, 2000. 128p.

SHIKIDA, Pery Francisco A.; BACHA, Carlos José C. A evolução da agroindústria canavieira desde a sua origem até 1995: a institucionalização do paradigma subvencionista. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 85-108, dez. 1998.

SILVA, Augusto C. Pinheiro da. **Em Busca do Rural Moderno no Estado do Rio de Janeiro**: projetos, estratégias e gestão do território exemplificados no Norte e Noroeste Fluminense. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Marcelo José L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, et al. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

VEIGA, Carlos F. de M. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAERJ / SEBRAE, 2006. 110 p.

Recebido em fevereiro de 2008

Aceito em agosto de 2008